



PRAÇAS DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS: CENTROS DE ESTRUTURAÇÃO URBANA E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

EDUARDO NUDEL RADOMYSLER

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design – USP
Rua do Lago, nº 876, Cidade Universitária – 05508-080 – São Paulo – SP
<https://orcid.org/0009-0002-8482-3663>
edu.radomysler@gmail.com

Recebido: 19/08/2024

Aprovado: 30/07/2025

ALEXANDRE DELIJAICOV

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design – USP
Rua do Lago, nº 876, Cidade Universitária – 05508-080 – São Paulo – SP
<https://orcid.org/0000-0001-7323-3145>
delijaicov@usp.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo caracterizar as Praças de Equipamentos Sociais (PES) desenvolvidas pelo Departamento de Edificações da Prefeitura de São Paulo entre 1992 e 2001. A relevância do objeto de estudo decorre da pequena produção literária sobre o tema e da sua influência em políticas públicas subsequentes, como a dos Centros Educacionais Unificados. Este estudo de caso transversal utilizou fontes bibliográficas, entrevistas com o autor dos projetos, Alexandre Delijaicov, e o redesenho de croquis originais. O texto se inicia com a apresentação do conceito programático dos projetos a partir da sua relação com reivindicações sociais e inovações político-administrativas do período. Prossegue com a investigação do raciocínio projetual por meio do estudo de três PES consideradas representativas do amadurecimento da lógica construtiva de modo adequado à problemática em torno da arquitetura pública. A análise permitiu a documentação histórica das propostas e indicar sua influência na cultura arquitetônica da cidade.

Palavras-chave: Arquitetura pública. Projeto de arquitetura. Equipamentos públicos. Descentralização. Participação social.

ABSTRACT

This article aims to characterize the Social Facilities Squares (SFS), developed by the Department of Buildings of the São Paulo City Hall between 1992 and 2001. The relevance of the study lies in the limited literature on the subject and its influence on subsequent public policies, such as the Unified Educational Centers. This cross-sectional case study drew on bibliographic sources, interviews with the author of the project, Alexandre Delijaicov, and the redesign of original sketches. The text begins by presenting the programmatic concept of the projects in relation to social demands and the political-administrative innovations of the period. It then examines the design rationale via the study of three SFS considered representative of the maturation of constructive logic appropriate to the challenges of public architecture. The analysis enabled the historical documentation of the proposals and highlighted their influence on the city's architectural culture.

Keywords: Public architecture. Architecture design. Social facilities. Decentralization. Social participation.



INTRODUÇÃO

As Praças de Equipamentos Sociais (PES) foram propostas nos anos 1990 pelos técnicos do Departamento de Edificações (Edif) da Prefeitura de São Paulo com o intuito de criar polos do sistema de equipamentos públicos municipais e centralidades regionais. Os projetos se basearam em princípios presentes nas obras do Convênio Escolar dirigido por Hélio Duarte, momento de consolidação do raciocínio projetual moderno da repartição pública que veio a se tornar o Edif (CALDEIRA, 2005), visto que retomaram a vocação dos equipamentos públicos como centros estruturadores urbanos, passíveis de serem apropriados pela população como espaços de convivência e organização comunitária.

Duarte (1986), ao comentar seu projeto para a Biblioteca do Tatuapé, afirma que “a ideia era sempre essa; expandir-se, expandir-se como núcleo, mas não como coisa feita, parada. Não como coisa estática. Como coisa orgânica”. As PES foram pensadas a partir desta função social dos equipamentos públicos, vistos como espaços que possibilitam a comunicação entre diferentes grupos e fomentam o sentimento mútuo de pertencimento a uma comunidade, necessário para a definição de interesses comuns. O conceito programático das PES não só partilha desses valores, mas foi capaz de potencializá-los ao vincular os projetos com os planos do período para a descentralização intramunicipal, uma vez que também foram pensados como locais de participação política nas novas divisões administrativas que estavam sendo estabelecidas na cidade: os distritos e as subprefeituras.

A PES Jardim Helena/Vila-Mara, projetada em 1992, inaugurou este conceito sem, contudo, ter sido construída. Foi concebida no final do mandato da prefeita Luiza Erundina, cuja administração enfrentou a crise econômica que assolava o país e estimulava reivindicações sociais. Durante a década de 1980, em frente à estagnação econômica, ao aumento do desemprego, à queda dos níveis salariais e ao agravamento das condi-

ções de vida dos estratos mais pobres da população, organizou-se um movimento social amplo e multifacetado contra a ditadura militar, com diversas reivindicações de mudanças nas políticas públicas, caracterizando o período como momento de “crise e mudança”, a “década perdida, ou tempos de utopia e esperança”.

As chamadas ‘décadas perdidas’ foram um tempo em que sonhar não era proibido e, por isso, apareceram propostas avançadas, que, embora pudessem parecer impossíveis de se concretizar naquele momento, lançaram sementes que depois vieram a florescer e gerar grandes resultados em diferentes setores das políticas públicas. (BONDUKI, 2014, p. 79).

O projeto das PES se enquadra no rol de propostas mencionadas por Bonduki (2014) que, apesar de não terem se concretizado, definiram diretrizes para avanços nas políticas públicas brasileiras. Iniciada na gestão Erundina, a proposta das PES continuou a ser defendida pelos membros do Edif por meio de diversos projetos até que, quase uma década depois, foi bem recebida pela administração de Marta Suplicy, e serviu de base para o desenvolvimento dos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Descentralização e participação

As PES retomaram princípios do raciocínio projetual do Convênio Escolar, ampliados segundo duas das principais reivindicações em discussão durante as décadas de 1980 e 1990: descentralização e participação. A participação popular no exercício do poder foi um dos pilares da mobilização do período de transição política dada sua capacidade de conter decisões autoritárias e fortalecer o estado democrático, contudo, necessitava de medidas de descentralização para se consolidar. A Constituição de 1988 elevou, pela primeira vez, os municípios a entes federados, com autonomia política,

jurídica e financeira¹. O Texto Constitucional define um sistema federalista descentralizado na medida em que procura beneficiar a repartição de competências (CABETE, 2019).

A descentralização no contexto federativo, regulamentada pela Constituição de 1988, teve rebatimentos no nível intramunicipal. Havia, na época, um aparente consenso entre os “partidos progressistas” pela necessidade de descentralização na cidade de São Paulo, exposta na promulgação da Lei Orgânica Municipal (LOM) (SÃO PAULO, 1990) com diversos artigos referentes à institucionalização deste processo. Foi dada prioridade para a implementação das subprefeituras com uma estrutura administrativa capaz de fomentar a nova forma de gestão territorial almejada (CALDERÓN; CHAIA, 2002).

Após uma campanha marcada pela defesa da democratização e da atuação dos movimentos sociais urbanos na definição de políticas públicas, a reforma administrativa idealizada pela gestão Erundina buscou instituir os princípios da LOM, principalmente a descentralização do poder, a valorização dos servidores públicos e a modernização da estrutura organizacional (KEINERT, 1993). O objetivo da proposta era permitir aos cidadãos maior responsabilidade na gestão da cidade e capacitar os técnicos municipais para o trabalho em conjunto num processo contínuo e dialógico de aprendizagem, portanto, era esperado que as alterações na estrutura organizacional ocorressem de maneira gradual, vinculadas às transformações na cultura da administração pública e da sociedade civil, amadurecendo com e por meio do exercício da cidadania (COELHO, 2020).

A organização em secretarias, divididas por setores de atuação, acarreta a segmentação dos problemas e a falta de visão de conjunto, levando, muitas vezes, à “imprecisão nas responsabilidades” e à “sobreposição de papéis” (MARTINS, 1997). A divisão da cida-

de em unidades administrativas, com autonomia para elaborar projetos e implementar políticas públicas, significava remodelar essa arquitetura organizacional, simplificando a estrutura administrativa central para redistribuir o poder nas novas instâncias. Com as mudanças na estrutura organizacional da prefeitura, foram propostos mecanismos de participação e controle social. Para qualificar a atuação desses colegiados, fazia parte da proposta ampliar canais de disponibilização de informações relevantes para a tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

As subprefeituras representavam a possibilidade de criar ações integradas de nível local, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo governo central e pelas secretarias, que teriam seu número reduzido de 17 para 5, e deixariam de ter função executiva, passando a definir parâmetros de atuação para todo o município e medidas de integração setorial. Os servidores públicos das administrações regionais seriam responsáveis por dialogar com a população e com os técnicos das secretarias, coordenando a atuação nos diferentes setores com projetos adequados para as particularidades da sua região, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo governo central (MARTINS, 1997).

Na concepção original da reforma administrativa, as subprefeituras deveriam funcionar como centros locais de poder, com autonomia e orçamento próprio, espaços em que a gestão regional se daria de maneira integrada e de forma democrática. A proposta tinha como objetivo aproximar as políticas públicas da realidade de cada região e dos reais interesses da população, para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos e superar a segmentação setorial dos programas. Visava, também, reduzir o tradicional poder dos vereadores e, assim, ampliar a governabilidade da gestão municipal com apoio da participação popular. O projeto de lei da reforma administrativa feito na gestão Erundina foi apresentado em maio de 1991, porém não chegou a ser posto em votação pela Câmara dos Deputados e foi retirado de pauta na gestão seguinte.

¹ A autonomia política dos municípios foi estabelecida de duas formas: pela sua auto-organização, com eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores sem intermédio de outros entes da federação; e pela competência jurídica, expressa na possibilidade de instituir normas, especialmente a Lei Orgânica (LOM), que antes era responsabilidade dos estados-membros e servia para todos os municípios que deles faziam parte (art. 29). A autonomia administrativa dos municípios corresponde à prestação de serviços de interesse local (art. 30) e à regulamentação do regime jurídico dos seus servidores (art. 39). A autonomia financeira, à possibilidade de terem receitas próprias (art. 30, 145 e 156) por meio da arrecadação de tributos, ou por repasses de verbas definidas no Texto Maior (art. 158 e 159), considerando a liberdade dos municípios para aplicação destes recursos, e para a organização e prestação de seus serviços.

Apesar de o projeto de lei não ter sido aprovado, definiu as bases e, mesmo sem regulamentação, fomentou o debate e uma série de medidas para descentralizar o poder decisório na cidade. A proposta das PES foi uma tentativa de fomentar a integração setorial almejada pela reforma administrativa, materializando as instâncias descentralizadas de diálogo com o poder público, de maneira coordenada com a divisão em distritos e subprefeituras, e com uma configuração que pudessem estimular a convivência e o engajamento político. Conforme afirma Delijaicov (2008):

A Constituição de 1988 é um ponto primordial para ilustrar essa vontade de estruturar o território. A Constituição falava que algumas cidades (caso de São Paulo) deveriam ser divididas em subprefeituras. Daí surge a idéia da praça de equipamentos. Existiam nas cidades as administrações regionais e os distritos. Começamos a imaginar que as administrações regionais que se transformariam em subprefeituras deveriam ter uma arquitetura simbólica através da construção de uma arquitetura do lugar, um paço municipal. Seriam 31 subprefeituras, 31 paços municipais, 31 praças da prefeitura². A praça dessa subprefeitura seria uma grande plenária, onde a população discutiria (um ponto de encontro com equipamentos para a vizinhança). Os outros distritos teriam as praças de equipamentos, que não abrigariam a sede administrativa, mas o teatro municipal, biblioteca pública, piscinas públicas e assim por diante. Teríamos uma média de 3 praças de equipamento por subprefeitura. Aproximadamente 93 equipamentos estruturando a cidade de São Paulo, 93 endereços com outros equipamentos gravitando num raio de 2 km, configurando a visão de rede apresentada. Desenhar os espaços de ligação desses equipamentos valoriza os percursos e desenha a cidade. Esse trabalho vai identificando e dando dignidade para cada esquina, cada edifício. Vai conectando os prédios pelo vazio.

O conceito das PES, portanto, faz parte de uma política aplicada para toda a cidade de modo imbricado com as novas divisões administrativas e sua função descentralizadora. Cada subprefeitura deveria ter uma PES com a sede da administração regional, o paço intramunicipal, com equipamentos sociais. Nesta unidade, o acervo da biblioteca não abrangeria apenas livros teóricos e romances, mas também atas de reuniões, planos, projetos, mapeamentos e pesquisas vinculadas à circunscrição territorial daquela unidade administrativa. O teatro, por sua vez, adquire caráter de sala de conferências, de conselho participativo, enquanto a praça, de uma grande plenária. Além da sede administrativa, cada distrito conteria uma PES com o objetivo de estruturar o sistema de equipamentos públicos e auxiliar a administração participativa e descentralizada por meio de instâncias capilarizadas de diálogo entre poder público e população.

Dentre os oito projetos feitos pelos técnicos do Edif que podem ser categorizados como PES³, três serão apresentados para ilustrar como se deu a concepção e evolução do raciocínio projetual que resultou nos CEUs. Os projetos selecionados foram das PES Jardim Helena/Vila-Mara, Garagem e Inácio Monteiro.

Pes Jardim Helena/Vila-Mara

O projeto da PES Jardim Helena/Vila-Mara decorreu da solicitação para o Edif construir uma Escola Municipal de Educação Infantil (Emei) em um lote desmembrado de uma quadra inteira de propriedade pública, vizinha a dois conjuntos habitacionais em construção. Os membros do departamento decidiram ampliar o escopo do programa e da área prevista para implantação, de modo a demonstrar como a integração setorial no nível de projeto possibilita melhor aproveitamento dos terrenos públicos e qualificar urbanisticamente o conjunto, conforme pode ser percebido pelas Figuras 1 e 2, que comparam a situação existente com a proposta do Edif.

²Atualmente, o município de São Paulo está dividido em 32 subprefeituras e 96 distritos. Os distritos foram regulamentados pela Lei no 11.220, de 20 de maio de 1992 (SÃO PAULO, 1992). A lei original de criação das subprefeituras, Lei no 13.399, de 1º de agosto de 2002, institui 31 dessas divisões administrativas (SÃO PAULO, 2002), e, por meio da Lei no 15.764, de 27 de maio de 2013 (SÃO PAULO, 2013), foi incluída a subprefeitura de Sapopemba e criados os Conselhos Participativos Municipais.

³ PES Jardim Helena/Vila-Mara; PES Garagem; PES City Jaraguá; Clube de Integração Social Luz (CIS LUZ); PES Pedroso de Moraes; PES Inácio Monteiro; Complexo Cultural Aricunduva; PES Chácara Bela Vista.

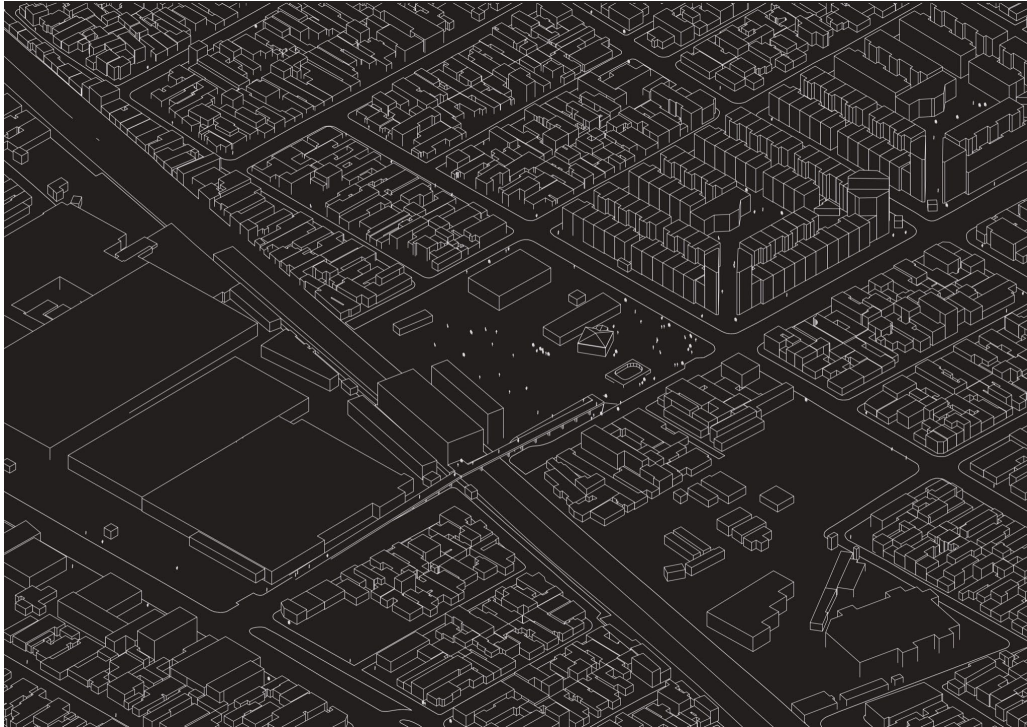


Figura 1 – Perspectiva isométrica da situação atual do terreno da PES Jardim Helena/Vila-Mara
 Fonte: Maquete eletrônica elaborada pelo autor.

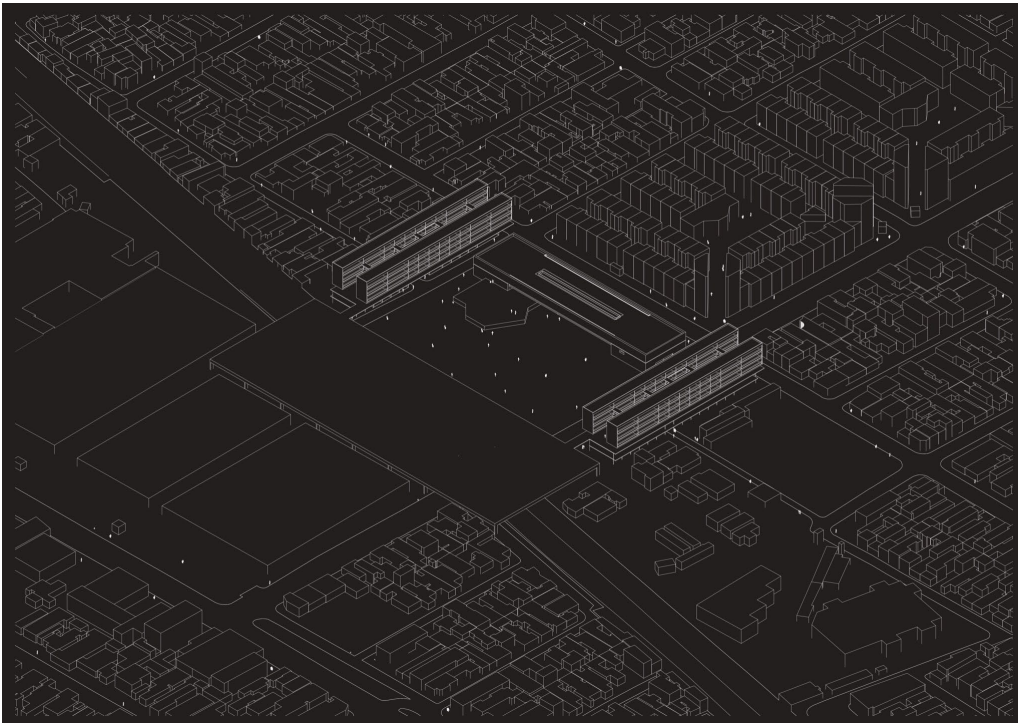


Figura 2 – Perspectiva isométrica da PES Jardim Helena/Vila-Mara
 Fonte: Redesenho do autor.

O terreno passou a compreender toda a quadra e os lotes lindeiros das quadras a leste e a oeste, não apenas para a construção da Emei, mas também de um teatro, uma biblioteca, um campo de futebol e uma quadra de vôlei, assim como novos edifícios habitacionais, pequenos comércios, creches e uma estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A integração setorial preconizada pelo projeto compreende, portanto, não apenas diferentes equipamentos sociais, mas os três tipos de obras públicas que compõem o espaço da cidade: habitação, infraestrutura e equipamentos públicos.

Os conjuntos habitacionais Vila-Mara/Rio das Pedras foram incorporados como parte da PES. Construídos por mutirão entre 1991 e 2003, foram projetados pelo escritório de Héctor Viglicca, após receber uma menção honrosa no Concurso de Anteprojetos de Habitação Popular, realizado pela Secretaria da Habitação (Sehab). Os dois quarteirões destinados aos conjuntos habitacionais, praticamente planos e quadrados, apresentam ocupação perimetral e equipamentos comunitários no miolo das quadras, considerados como área livre e pública. O projeto das habitações foi inserido no croqui da implantação da praça e contempla princípios urbanísticos similares. Segundo o livro *O terceiro território*,

As duas quadras destinadas à habitação coletiva, junto à estação da CPTM Vila Mara no bairro Jardim Helena, representavam uma clareira no meio de uma área ocupada de maneira extensiva por unidades unifamiliares em lotes individuais. [...]

Resgatando a ideia do croquis como uma possível síntese daquele momento em que se reúne leitura do lugar e proposição pelo projeto, a proposta espacial do conjunto Vila-Mara constitui-se pelo vazio. É o vazio do espaço público (calçadas e pátio entre os edifícios), da linha aérea (circulações em altura) e dos terraços de penetração no pátio que se destaca nos desenhos-síntese que revelam a proposição estrutural do projeto. (RUBANO, 2014, p. 103).

A PES Jardim Helena/Vila-Mara, assim como o conjunto habitacional, tem o vazio como elemento central e a quadra como estruturadora da forma. Como con-

traponto à fragmentação estimulada pelo lote, ambos os projetos utilizam a quadra como unidade referencial urbana para possibilitar maior integração com o entorno e criar espaços coletivos. A implantação da PES mantém livre quase todo o térreo da quadra contígua à estação, inserindo apenas equipamentos culturais, a biblioteca e o teatro, em cada esquina da rua Conceição do Almeida, atuando como espaços de transição que facilitam o diálogo entre escola e cidade. Estes equipamentos estão contidos entre cortinas de concreto que suportam o pavimento superior, onde foi alocado o programa básico da Emei. O vão entre o teatro e a biblioteca sombreia o espaço livre do térreo, configura um portal de entrada para a praça e para o edifício, assim como um grande recinto de uso comunitário. O estudo preliminar reforça o caráter público deste ambiente, ao sugerir seu uso para festas e a feira local (Figura 3).

Os edifícios de apartamentos projetados pelo Edif foram propostos como parte complementar das obras da Sehab, dispostos nos lotes que compreendem toda lateral das quadras vizinhas a leste e a oeste da estação. São compostos por duas lâminas, alinhadas com o traçado das ruas, com calçadas cobertas animadas por lojas e comércios, por onde se escoia o fluxo da estação. Parte das sobrelojas serviria para creches, e o terceiro pavimento, para um terraço-jardim, um térreo elevado que faz a transição do embasamento para as unidades habitacionais.

A estação, inexistente na época do projeto, foi incorporada na proposta como uma grande cobertura que envolve a plataforma central e, os acessos laterais, por passagens subterrâneas. O subsolo foi projetado para reduzir ao máximo a área de contenção, ocupando o espaço residual entre as paredes perimetrais dos eixos de circulação com uma unidade do Poupatempo. A cobertura da estação, o volume suspenso da Emei e os edifícios habitacionais com calçadas cobertas delimitam o vazio central e configuram um sistema de sombreamento e ativação da praça.

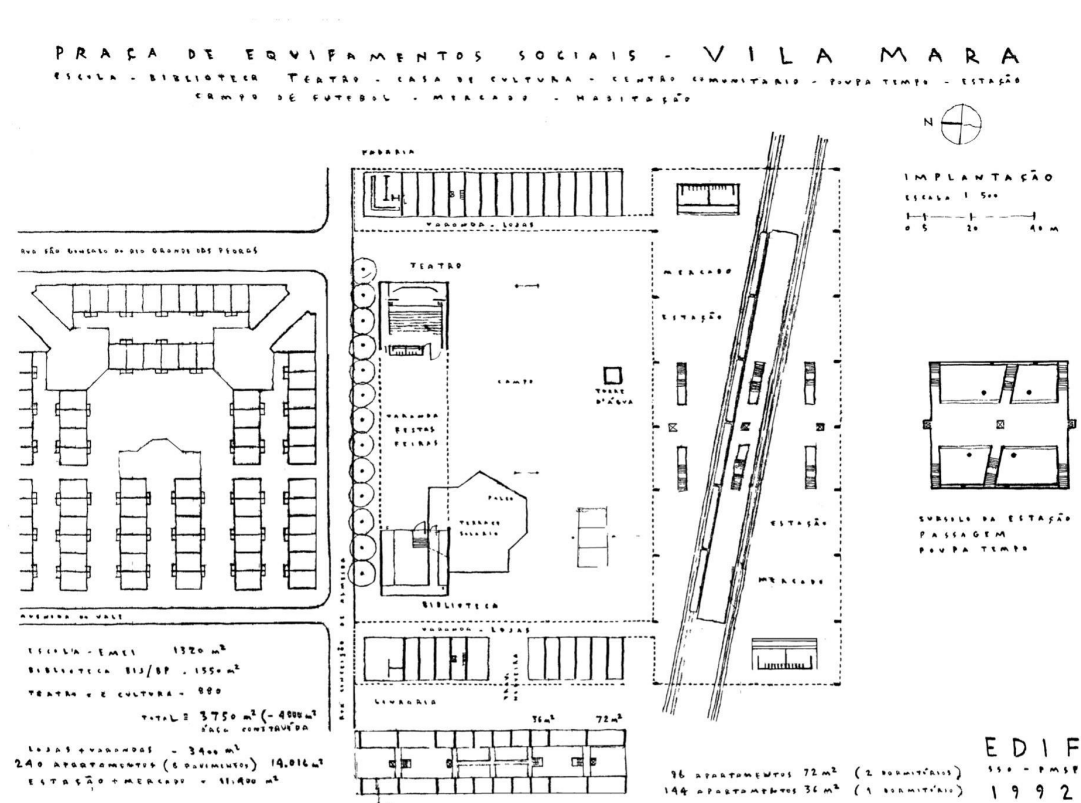


Figura 3 – Implantação da PES Jardim Helena/Vila-Maria
 Fonte: Croqui original cedido por Delijaicov.

Os autores do projeto no Edif foram os arquitetos e servidores públicos Alexandre Delijaicov e André Takiya. Em 1992, quando a proposta foi elaborada, Delijaicov tinha acabado de passar no concurso para a prefeitura, após quase dez anos trabalhando com Paulo Mendes da Rocha. Imbuída deste complexo imaginário, a PES Jardim Helena/Vila-Maria faz referência a diversos projetos de Mendes da Rocha, como a Casa em Catanduva, a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, o Museu Brasileiro da Escultura e da Ecologia (Mube) e a Biblioteca de Alexandria – obras nas quais o vazio também atua como elemento central e articulador.

No edifício da PES que conta com a biblioteca, a Emel e o teatro, o vão atua como um ambiente central que articula programa e estrutura. A disposição dos ambientes tem paralelo com a lógica da Casa em Catanduva, na qual o vão do pórtico separa os volumes dos quartos com o das áreas comuns, todos levemente enterrados. Na praça, este espaço livre é envolvido em

cada lateral pelo teatro e pela biblioteca, ambos a meio nível abaixo do solo. A caixa cênica está voltada para a rua, com portas de correr no fundo do palco para permitir seu uso em eventos abertos, com plateia externa, semelhante ao auditório do Ibirapuera.

O volume superior deste edifício tem 100m de comprimento por 22,5m de largura e está apoiado em quatro cortinas de concreto de 20m de comprimento, espaçadas pelo vão de 60m. As cortinas suportam vigas de 4m de altura que funcionam como vedações e elementos condutores de águas pluviais. A cobertura está apoiada em treliças metálicas, dispostas no sentido transversal, a cada 7,5m, a mesma modulação utilizada no projeto dos CEUs, que suportam o pavimento superior por meio de tirantes (Figura 4). As coberturas da Rodoviária de Goiânia e do Aquário Municipal de Santos, ambos projetados por Mendes da Rocha, têm um sistema estrutural similar, concebido para facilitar o processo construtivo e a estabilidade geral do edifício.

A lógica construtiva utilizada na PES Jardim Helena/Vila-Mara evidencia alguns dos princípios dos CEUs, principalmente a importância da estrutura enquanto definidora da forma e da disposição dos ambientes programáticos. A concepção construtiva, regida pela coordenação modular, funciona como raciocínio ordenador do espaço e da feição do edifício. Apesar do raciocínio projetual similar ao dos CEUs, a primeira PES apresenta soluções de maior complexidade, de difícil execução e custo elevado – grandes vãos, subsolos, tirantes metálicos e aberturas zenitais. A complexidade das soluções, contudo, não impediu a utilização de elementos da cidade tradicional que demonstram o cuidado com a escala do pedestre, com os espaços de transição e com a qualidade urbanística da cidade, como calçadas cobertas, esquinas vivas, pátios, multiplicação de térreos e alinhamento entre edificações e o traçado das quadras.

Pes aragem

A PES Garagem foi projetada nas áreas institucionais da gleba parcelada para a construção do conjunto habitacional Garagem. A gleba está localizada na Subprefeitura de São Miguel Paulista, no Distrito de Vila Jacuí, e foi adquirida por meio da Desapropriação de Interesse Social (LUCCA, 2008). Apesar de o loteamento atender às exigências normativas, o local parece inadequado para a implantação de edifícios habitacionais, pois é uma área de cumeada, com grandes declividades e nascentes difusas do córrego Limoeiro (Figuras 4 e 5).

O Edif recebeu processos independentes para a construção de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef), uma Emei, um Centro de Educação Infantil (CEI) e uma Unidade Básica de Saúde (UBS), exigindo o desmembramento das duas áreas institucionais em quatro lotes independentes. Com o intuito de reforçar que o aproveitamento urbanístico de grandes

áreas públicas se beneficiasse da integração de diferentes programas em conjuntos com unidade arquitetônica, os técnicos do departamento retomaram o conceito da primeira PES. Assim, os quatro equipamentos foram condensados em único edifício, paralelo à rua Arraial de Santa Bárbara, permitindo também preservar a área de contribuição das nascentes do córrego Limoeiro.

O projeto reforça o conceito programático e urbanístico iniciado na PES Jardim Helena/Vila-Mara, contudo apresenta um amadurecimento do raciocínio construtivo segundo sua inserção em uma política pública para todo o município, priorizando o valor de uso e a viabilidade das soluções diante da capacidade financeira da administração pública. O raciocínio projetual, portanto, caminhou no sentido da executabilidade das soluções, da racionalização e industrialização do processo construtivo, contudo, o cuidado com a eficiência na aplicação de recursos e com a utilização de técnicas conhecidas não implicou em edificações sem identidade formal e qualidade ambiental.

A concepção da estrutura do edifício utilizou peças pré-fabricadas de concreto do catálogo da Reago, pensadas a partir das experiências com pré-fabricação de Delijaicov durante o período em que trabalhou com Paulo Mendes da Rocha: a casa Gerassi, uma escola estadual em Carapicuíba (EE Jardim Novo Horizonte II) e duas outras em Itapeverica da Serra⁴. A vivência de Delijaicov reintroduziu a pré-fabricação nas discussões do Edif, pois havia um consenso no departamento de que a tecnologia não apresentava desempenhos aceitáveis para edifícios públicos, dado seu custo elevado e as dificuldades de manutenção decorrentes da movimentação das peças estruturais, geralmente realizadas com ligações isostáticas. Durante o desenvolvimento do projeto dos CEUs, essa questão foi resolvida com ligações semirrígidas entre as peças pré-fabricadas de concreto, que aproximam seu comportamento ao de uma estrutura de concreto moldada *in loco*.

⁴ As escolas mencionadas nunca foram publicadas, mas as folhas do projeto original de Carapicuíba estão no arquivo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

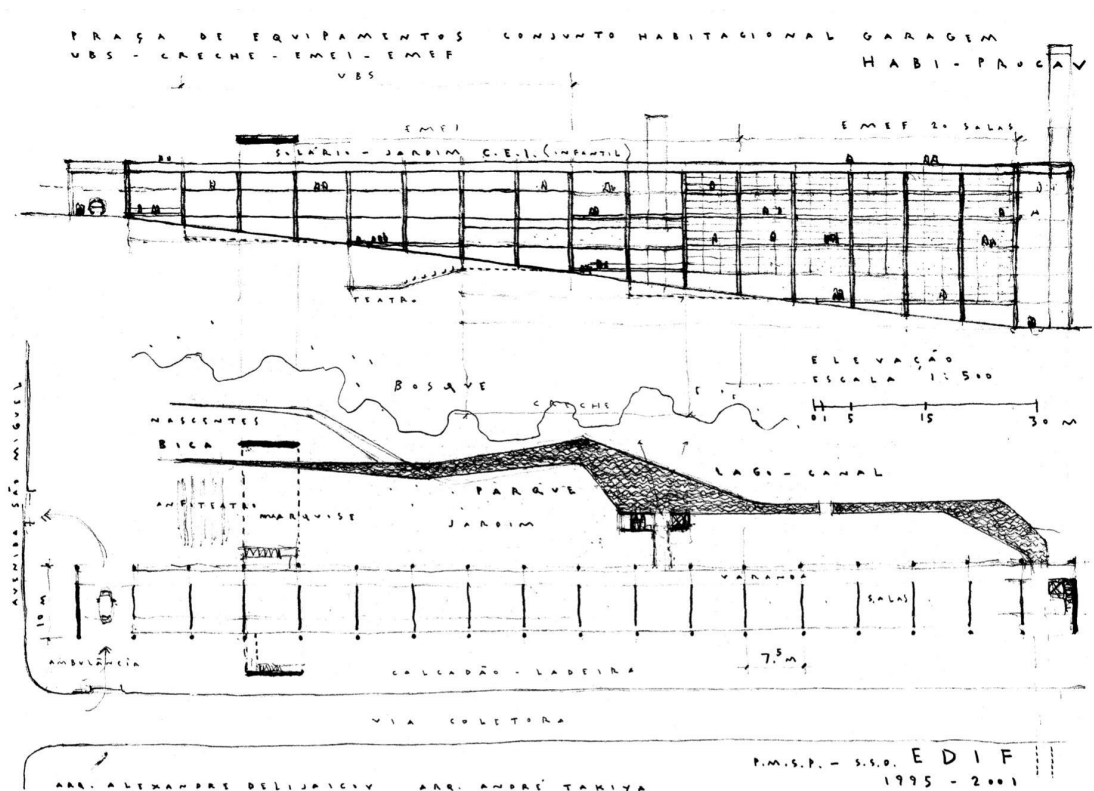


Figura 6 – Elevação e planta da PES Garagem
Fonte: Croqui original cedido por Delijaicon.

As soluções arquitetônicas da PES Garagem são muito semelhantes às utilizadas no edifício da biblioteca dos CEUs. Ambos os projetos são regidos por uma ordenação modular, cujo módulo básico é de 1,25m, com 19 pórticos de concreto dispostos em eixos transversais, a cada 7,5m, pilares perimetrais e circulação horizontal de 2,5m. A PES Garagem, contudo, tem apenas um renque de salas, viabilizando ventilação cruzada, em uma configuração semelhante às escolas Convênio Escolar, porém sem fechamentos laterais na circulação, de modo a modificar seu caráter de corredor para o de uma grande varanda, reforçando a integração entre interior e exterior, entre arquitetura, natureza e cidade. De modo análogo à implantação do CEU Rosa da China, o conjunto se adequa ao terreno, variando o número de pavimentos de acordo com a

declividade natural do solo, sem grandes movimentações de terra, ou muros de arrimo, a fim de criar uma relação fluida entre calçada e edifício.

Perpendicular ao edifício, um pórtico de concreto, completamente independente do resto da estrutura, para a 1,9m da cobertura, numa referência direta aos projetos da Casa em Catanduva, da Biblioteca do Rio de Janeiro e do Mube. O pórtico, uma sombra no parque, se estende do limite do lote contíguo à rua Arraial de Santa Bárbara para o interior do vale, ultrapassando uma das nascentes do córrego Limoeiro (Figura 6). O croqui sugere a utilização da área sombreada como palco de um anfiteatro aberto, favorecido pela declividade do terreno e pela presença da nascente, simbólica de uma relação de proximidade e respeito com os corpos d'água.

Pes Inácio Monteiro

A PES Inácio Monteiro, assim como as PES Jardim Helena/Vila-Mara e Garagem, foi elaborada a partir de solicitações para o Edif projetar diferentes equipamentos em lotes desmembrados de uma grande área pública. Os equipamentos foram solicitados devido ao aumento na demanda por serviços decorrente da implementação do Conjunto Habitacional Inácio Monteiro, localizado na Subprefeitura de Cidade Tiradentes, um dos exemplos mais significativos de cidade dormitório.

O terreno loteado para o conjunto compreende um morro da margem direita do córrego Itaquera, com declividade acentuada e topo a 40m do nível d'água. O loteamento priorizou as áreas institucionais, visto que constituem uma quadra inteira, posicionada no centro do conjunto e no local de menor declividade, configurando um promontório com equipamentos públicos. A proposta da PES incluiu equipamentos que não haviam sido solicitados pela prefeitura, integrados em um grande terreno público, pensado como área de socialização e organização comunitária, cuja relevância se faz visível diante da inexistência destes espaços e serviços na região, conforme exposto no documento do Edif para apresentar o projeto a outros setores da prefeitura.

A Praça de Equipamentos Educacionais Integrados do Conjunto Habitacional Inácio Monteiro foi proposta a partir da idéia [sic] de reunir, em torno de uma Praça Central de Convivência e Encontros – e dentro da mesma Área Institucional de aproximadamente 10.000m², os Edifícios Públicos de Equipamentos Educacionais e Culturais. O Edifício Público desenhando o lugar de encontro dos cidadãos, a Praça de Equipamentos. Uma referência no desenho da cidade como a Praça da pequena cidade, onde todos se encontram.

[...] Os Conjuntos Habitacionais, verdadeiras cidades dentro da cidade, porém carentes de espaços públicos de convivência, precisariam ser redesenhados de forma que fossem abertos os lugares de encontros da população, para o lazer, esporte, cultura, educação e saúde. Estes

espaços seriam desenhados pelos Edifícios Públicos que definiriam a Praça de Equipamentos Educacionais.

[...] A qualidade da arquitetura dos espaços públicos da cidade contribui para a formação e para a dignidade dos cidadãos. A arquitetura dos Edifícios e Praças públicas pode contribuir para a arquitetura da convivência, do encontro, da paz. Sem grades, sem muros, sem o caráter de depósito de gente, a comunidade poderá reconhecer na Praça de Equipamentos Educacionais seu lugar de referência na geografia construída da cidade. (SÃO PAULO, 2001, p. 5)

A localização da PES Inácio Monteiro em um distrito caracterizado pela dificuldade de acesso e transporte, pela ausência de infraestrutura e serviços e pela presença massiva e monótona de conjuntos habitacionais (CORDEIRO, 2009), reforçou o conceito da proposta de integrar equipamentos públicos em grandes áreas institucionais que atuam como espaços de encontro e centralidades locais que pudessem contribuir para a identidade do bairro e para a qualidade de vida de seus habitantes.

Os croquis do projeto foram levantados do acervo pessoal de Delijaicov e digitalizados durante esta pesquisa (Figuras 7 e 8). Os desenhos, feitos entre 1996 e 1997, não definem um objeto acabado, representam registros do processo de concepção, com diferentes soluções que retratam as conversas entre os projetistas envolvidos. As primeiras versões são compostas por dois edifícios posicionados perpendicularmente entre si, de modo a aproveitar a forma triangular do quarteirão, numa configuração que se manteve inalterada ao longo da evolução do projeto. A delimitação do espaço entre as edificações é reforçada pela variação no nível do terreno, resolvida em parte com um talude e, na região das quadras, com uma arquibancada, ambos alinhados com o limite do edifício do teatro-oficina. A presença deste recinto nas diferentes propostas sugere ser um dos principais motivos do projeto. As anotações nos croquis revelam que foi pensado como uma “esplanada”, uma “praça” na qual pudessem ocorrer “festas da comunidade”, “feiras” e “exposições”, demonstrando a intenção de ser apropriado pela população.

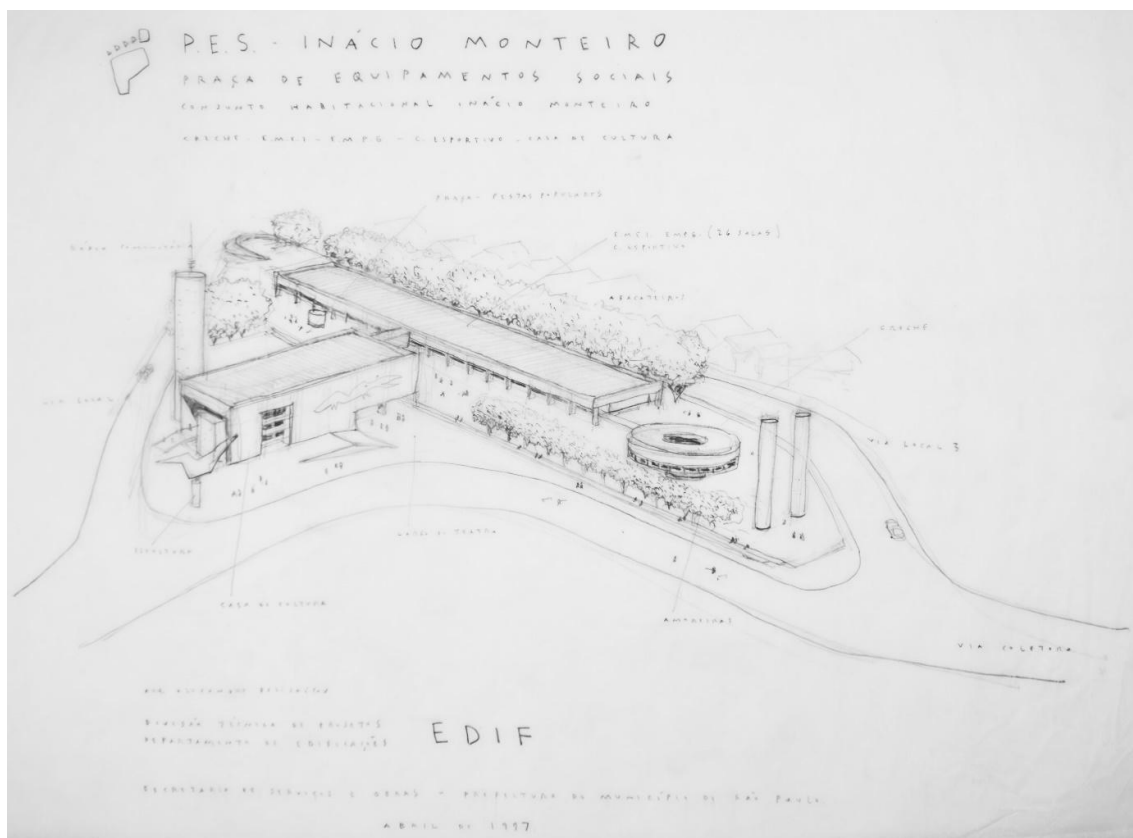


Figura 7 – Perspectiva isométrica da PES Inácio Monteiro
Fonte: Croqui original cedido por Delijaicov.

Fonte: Croqui original cedido por Delijaicov.

Assim como a implantação dos edifícios, os acessos ao lote apresentam poucas mudanças entre as primeiras e as últimas versões, com pelo menos uma entrada em cada face do quarteirão, coordenadas com as vielas de acesso aos miolos das quadras das unidades habitacionais, de modo que a boa inserção urbana do conjunto também parece ter sido um dos princípios que nortearam o raciocínio projetual. Os maiores acessos foram dispostos no eixo da esplanada, reforçando o vazio da praça como elemento central e articulador.

Todas as versões encontradas do projeto apresentam um subsolo, concebido como térreo inferior dos dois maiores edifícios, com um túnel de interligação entre eles, que se prolonga até a face do quarteirão, onde há um talude de 4m de altura, criando um acesso ao lote. De acordo com Delijaicov, o subsolo foi inspirado no projeto para o concurso internacional da Biblioteca de Alexandria, em que colaborou com Mendes da Rocha.

No concurso, os projetistas extrapolaram a área de intervenção, um terreno ao lado de uma avenida à beira-mar, inserindo nele apenas o programa administrativo em um volume retangular suspenso do solo, em cujos contrafortes foram posicionados acessos ao museu no subsolo. Um túnel, passando por baixo da avenida, possibilita a conexão deste recinto com a Península dos Reis, na qual os dois principais edifícios com o acervo da biblioteca foram implantados, entremeados por um grande jardim, de modo a incorporar a beleza e história desta formação geográfica no conjunto.

O raciocínio projetual do concurso não se ateuve ao estritamente necessário, extrapolou a funcionalidade e o escopo do edital, tendo em vista as oportunidades e virtudes da dimensão humana, da relação harmoniosa entre espaço construído e natureza, segundo princípios sociais e parâmetros técnicos. Para Mendes da Rocha, sua “arquitetura sempre foi inspirada por ideias, não

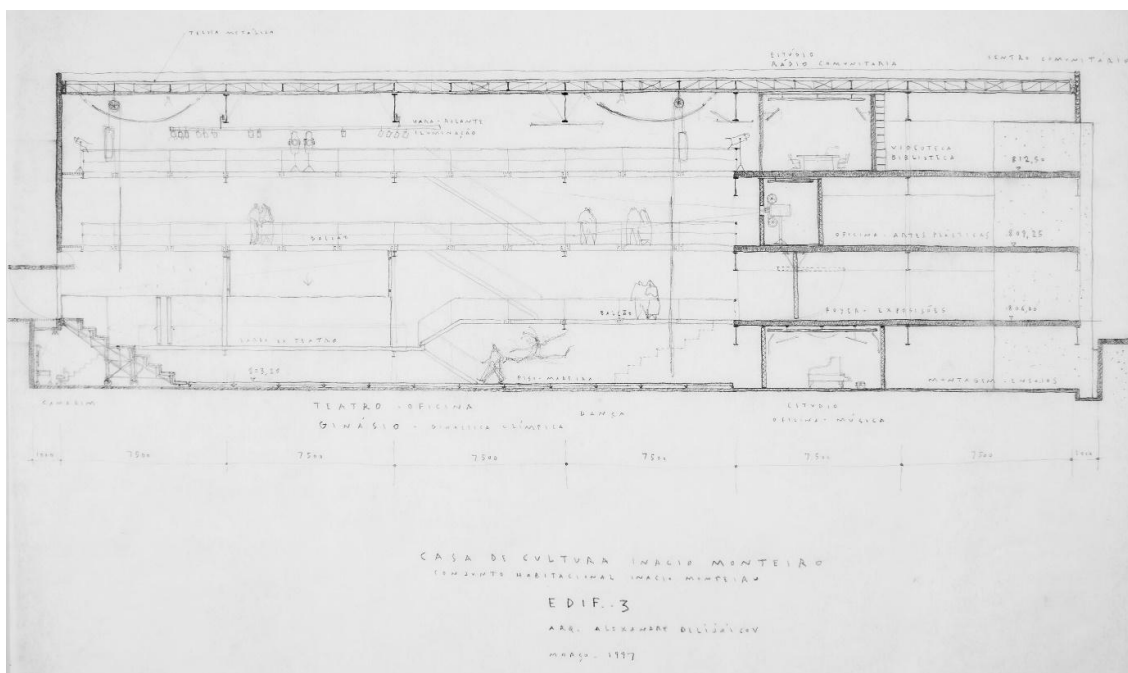


Figura 8 – Corte longitudinal do teatro da PES Inácio Monteiro
Fonte: Croqui original cedido por Delijaicov.

evoca modelos de palácios ou de castelos, mas a habilitade do homem em transformar o lugar que habita, com fundamental interesse social, através de uma visão aberta, voltada para o futuro” (ARTIGAS, 2000, p. 72). Esta capacidade de reflexão, de olhar para o horizonte da humanidade para realizar propostas sensíveis ao contexto urbano e geográfico por meio de uma “engenhosidade possível”, não só está presente nos projetos das PES, como parece semelhante à força motriz que as originou. Delijaicov assimilou o olhar provocador e propositivo de Paulo Mendes da Rocha e o aplicou no Edif, local privilegiado para transformar a cidade de São Paulo através dos equipamentos sociais e dos espaços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As PES demonstram como os membros do Edif, por meio da ação contínua de planejar, projetar, orçar, construir, manter e avaliar os equipamentos públicos municipais, assimilam valores sociais a princípios científicos e artísticos para formar um raciocínio arquitetônico que

busca contribuir para a transformação dos modos de vida na cidade de São Paulo. A análise dos projetos demonstrou uma relação inusitada entre a lógica projetual dos membros do Convênio Escolar e da escola paulista de arquitetura, principalmente de Paulo Mendes da Rocha, numa feliz combinação entre racionalidade construtiva, consciência social e atitude provocadora, que estimulam a reflexão crítica e a ação propositiva.

Atitude evidente no partido arquitetônico das PES, pensado como contraposição à maneira convencional de construir edifícios públicos, com unidades e lotes independentes. A proposta procurou demonstrar que a associação de diferentes programas em grandes áreas institucionais evita desmembramentos, muros e grades, favorecendo a construção de conjuntos com unidade arquitetônica e qualidade urbanística. Ao dispor os volumes construídos em torno de grandes vazios e de modo integrado no tecido urbano, delimitam uma praça, uma referência do bairro que passa a caracterizá-lo, como a praça principal de pequenas cidades, onde todos se encontram. Esse partido projetual tem suas

virtudes potencializadas quando é inserido no contexto de descentralização administrativa, que procurou instituir novas formas de governança urbana, apoiadas na organização comunitária e na participação popular.

A PES Jardim Helena/Vila-Mara foi a gênese do conceito das praças e integrou obras de infraestrutura, habitação e equipamentos públicos, contudo, apresenta soluções construtivas complexas e custosas, de difícil execução e manutenção. O conjunto da PES Garagem representa uma mudança no raciocínio projetual, pertinente à sua inserção numa política pública que abrange toda a cidade, com um sistema estrutural simples e flexível, capaz de se adequar a diferentes programas e terrenos. A PES Inácio Monteiro seguiu o mesmo raciocínio da PES Garagem, mas com diferentes versões que buscaram testar possibilidades de intensificar o grau de industrialização dos componentes construtivos para facilitar sua construção e manutenção. Essa foi a última PES projetada pelo Edif e serviu de base para o desenvolvimento dos CEUs, de modo que encerra a seleção adotada no artigo.

Apesar de nenhuma das PES ter sido construída, o conceito continuou a ser desenvolvido e defendido durante diferentes gestões, como forma de aperfeiçoar sua lógica construtiva e reforçar a importância da pro-

posta enquanto representação de uma política pública integrada, que favorece a descentralização e qualifica o espaço urbano. Nove anos após a concepção da proposta, quando Marta Suplicy assumiu a prefeitura, o projeto da PES Inácio Monteiro, o único cujo terreno não havia sido parcelado e ocupado por diferentes equipamentos, estava amadurecido e pronto para ser implantado. Ao ser apresentado, foi bem recebido pela equipe administrativa, que viu no projeto a materialização de objetivos do programa de governo e do projeto educacional que estava em discussão, após a vitória nas eleições (PEREZ, 2010). Assim, a PES Inácio Monteiro serviu de base para o processo intersecretarial e participativo de desenvolvimento dos CEUs.

O raciocínio consolidado do projeto, regido pela ordenação modular e pelo sistema estrutural flexível, possibilitou que os ajustes nas soluções construtivas e no programa fossem realizados com celeridade, preservando a identidade formal da proposta. Foi uma feliz coincidência a adequação do projeto da PES Inácio Monteiro aos objetivos da administração municipal, mas, principalmente, foi o resultado da perseverança dos técnicos do Edif em torno do conceito das obras do convênio escolar, ampliado conforme princípios da descentralização e democratização da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARTIGAS, Rosa (Org.). *Paulo Mendes da Rocha: projetos 1957-1999*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000. 240p.
- BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: cem anos de construção de política pública no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc/Editora da Unesp, 2014. 400p.
- CABETE, Marcel. O município na Constituição Federal de 1988 e suas repercussões no federalismo brasileiro. *Jus Navigandi*, São Paulo, 15 fev. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72127/o-municipio-na-constituicao-federal-de-1988-e-suas-repercussoes-no-federalismo-brasileiro>. Acesso em: 23 ago. 2025.
- CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. *Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962)*. 2005. 229 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CALDERÓN, Afonso Ignácio; CHAIA, Vera (Orgs.). *Gestão municipal: descentralização e participação popular*. São Paulo: Cortez, 2002. 144p.
- COELHO, Rony. O processo de descentralização intramunicipal em São Paulo. *Revista de Sociologia e Política, Curitiba*, v. 28, n. 75, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/rsocp.v28i75.81792>
- CORDEIRO, Simone Lucena. *Cidade Tiradentes e COHAB: moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – projetos e trajetórias (1960-1980)*. 2009. 213 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DELIJAICOV, Alexandre; ROSA, Marcos. Stadtarchitektur – Die CEU – Centros Educacionais Unificados (Gesamtbildungszentren). *Revista Arch+*, Berlim, n. 190, dez. 2008.
- DUARTE, Hélio. *A arquitetura dos teatros distritais da prefeitura do município de São Paulo*. [Entrevista concedida a Euler Sandeville Júnior]. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, jan./fev. 1986.
- KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. Reforma administrativa nos anos 90: o caso da prefeitura municipal de São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 33, n. 4, ago. 1993.
- LUCCA, Heloisa. *Retorno à favela: experiências vividas por mulheres removidas e reassentadas em um conjunto habitacional da cidade de São Paulo (1997-2007)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MARTINS, Maria Lucia Refinetti. *Descentralização e subprefeituras em São Paulo: experiência da gestão 1989-1992*. Luiza Erundina de Sousa. 1997. Mimeo.
- PEREZ, Maria Aparecida. *Inclusão social através da educação: um estudo do programa Centro Educacional Unificado na cidade de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Erziehungswissenschaft – Psychologie) – Universidade de Siegen, Fachbereich 2, São Paulo, 2010.
- RUBANO, Lizete (Org.). *O terceiro território: habitação coletiva e cidade*. São Paulo: Vigliecca & Associados, 2014.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Lei no 11.220, de 20 de maio de 1992. Institui a divisão geográfica da área do município em distritos, revoga a Lei no 10.932, de 15 de janeiro de 1991, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 20 maio 1992.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Lei no 13.399, de 1º de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 1 ago. 2002.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Lei no 15.764, de 27 de maio de 2013. Institui a divisão geográfica da área do município em distritos, revoga a Lei no 10.932, de 15 de janeiro de 1991, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, São Paulo, 2013.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. *Lei Orgânica do Município* de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal, 1990.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria de Serviços e Obras. Departamento de Edificações (EDIF). *Proposta do programa 'Praça de Equipamentos Educacionais Integrados no Município de São Paulo'*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2001.